



## 8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:  
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

---

Eixo: Classe social, raça/etnia e sexo.

### A Política de Saúde Mental e a Questão Racial: interlocução urgente

Ana Paula Cupertino da Silva<sup>1</sup>  
Fabiola Xavier Leal<sup>2</sup>

#### Introdução

A formação social capitalista brasileira se apresenta de uma forma particular em que a questão racial é elemento fundante dessa sociedade. Nessa perspectiva, o objetivo aqui é analisar a Política de Saúde Mental mediada pela categoria *questão racial*<sup>3</sup>.

Como locus de observação e reflexão para essa interlocução, partimos do debate sobre a disputa do Fundo Público na Política de Saúde Mental no estado do Espírito Santo, onde identificamos que no caso das ações referentes ao consumo de drogas - as internações compulsórias vêm sugando grande parte dos recursos (em 4 anos foram pagos em torno de R\$ 121.978.591,44 somente para internar compulsoriamente). Desse modo, o financiamento público vem sendo amplamente direcionado para favorecer essas práticas que retomam e reconfiguram medidas que pareciam ter sido superadas – o isolamento em instituições psiquiátricas ou de cunho religioso. É, nesse contexto que se pretende estabelecer a interlocução, ou seja, trazer o recorte racial como um elemento para compreender essa realidade. A pergunta é: em que medida essas internações compulsórias por consumo de drogas carregam em si alguma relação com práticas racistas que aprofundam a desigualdade racial?

#### Internações compulsórias: uma estratégia que aprofunda o racismo?

No processo histórico de implementação da Política de Saúde Mental no Brasil, observamos inúmeras violações de direitos. A questão consiste em buscar compreender como se deu esse processo da consolidação dessa política em busca de alguma pista sobre *se e como* a questão racial esteve presente. Importante identificar elementos racistas por parte do Estado e suas práticas nas diversas formas de tratar não só a

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. Email: [aninhapcs2774@gmail.com](mailto:aninhapcs2774@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Política Social e Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: [fabiola.leal@ufes.br](mailto:fabiola.leal@ufes.br)

<sup>3</sup> Essas reflexões fazem parte da Dissertação, em fase de elaboração, que aborda essa temática.

loucura, mas, se pensarmos os dias atuais o “tratamento” dado às pessoas que consomem drogas. Embora a literatura tenha negligenciado aspectos relacionados à questão racial que justificavam práticas manicomialis e violadoras de direitos dos/as negros/as, partimos da ideia de que é possível recontar essa história a partir dessa perspectiva teórica.

Há relatos que identificam a presença maciça de negros nos grandes manicômios, uma vez que era esse o destino, não em razão de enfermidades ou questões de saúde mental, mas devido à condição de inaptos para o trabalho “livre”. A psiquiatria, nesse contexto, empreendeu práticas e teorias a serviço do capitalismo fortalecendo o *modelo biomédico*, que orienta o modelo de atenção à saúde a partir de um conjunto de conhecimentos científicos elaborados a partir de determinada concepção de corpo (corpo-máquina, biológico, individual, universal e atemporal). Isso destitui o corpo de seus determinantes sociais, culturais, raciais e de gênero, assim como destitui a população de direitos historicamente conquistados (COSTA, 2007). Soma-se a isso a *eugenia* como parte constitutiva da expressão do pensamento conservador brasileiro, com característica declaradamente racista (GÓES, 2015).

No caso da implementação da Reforma Psiquiátrica brasileira, Passos (2018) afirma que ocorreu um apagamento de que os manicômios no Brasil apresentavam esses traços do colonialismo, isto é, a discriminação, segregação, violência e institucionalização dos corpos pretos.

Assim destacamos, como a autora, a necessidade de racializar a história da loucura no Brasil e nos tempos atuais a política sobre drogas. A política de saúde mental gesta-se em uma sociedade capitalista e racista que impõe controle e disciplina para o trabalho explorado. Para as populações negras, esse Estado aciona o mecanismo penal e criminal como instrumento de controle e disciplina. É preciso desmistificar o mito da democracia racial (IANNI, 1987) que mascara as ações de viés racista também no campo da saúde mental.

### Referências

COSTA, J. F. **História da Psiquiatria no Brasil: um recorte ideológico**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. 2015.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PASSOS, R. G. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argumentum**. Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21483>. Acesso em: 5 jan. 2019.